



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PESSOAIS

Versão 4.0	Data de Publicação 01/10/2024	Área responsável Riscos e Compliance	Página 1/12
----------------------	---	--	-----------------------

Sumário

1. Objetivo e escopo	3
2. Embasamento normativo	4
2.1. Interpretação e Aplicabilidade	4
3. Responsabilidades e Obrigações	4
4. Regime de Presunções.....	5
5. Planos de Investimento e Desinvestimento	6
6. Regra Geral de Negociações.....	6
6.1. Negociações Vedadas	7
6.2. Exceções	8
6.3. Negociações que Requerem Comunicação Prévia	8
6.4. Negociações Permitidas	9
7. Aquisição de Classes de Fundos Geridos pela TAG	9
8. Atuação da TAG ou Colaboradores na Contraparte das Classes	9
9. Investimento de recursos próprios da TAG.....	10
10. Negociações Permitidas Mediante Prévia Autorização e Obrigação de Informar	10
11. Controle de alterações	11
ANEXO I.....	12

Versão 4.0	Data de Publicação 01/10/2024	Área responsável Riscos e Compliance	Página 2/12
----------------------	---	--	-----------------------

1. Objetivo e escopo

Esta Política de Investimentos Pessoais (“Política”) tem como objetivo determinar procedimentos e normas para os investimentos pessoais de todos aqueles que possuam cargo, função, posição, relação societária, empregatícia, comercial, profissional, contratual ou de confiança (“Colaboradores”) com a TAG Investimentos LTDA (“TAG Investimentos”), a TAG Capital LTDA (“TAG Capital”) e da TAG Consultoria de Investimentos LTDA (“TAG Consultoria”, em conjunto com a TAG Investimento e TAG Capital, denominadas apenas “TAG”), bem como de seus familiares diretos (cônjuges, companheiros, filhos, enteados, desde que convivam no mesmo domicílio do Colaborador) e/ou dependentes, qualquer pessoa jurídica na qual os Colaboradores detenham participação societária relevante ou poder de controle, os quais para fins desta Política também estarão abarcados pela definição de Colaboradores.

Em algumas circunstâncias, determinados familiares diretos podem ser descaracterizados como pessoas sujeitas a esta Política, desde que haja uma expressa autorização da área de Riscos e Compliance.

Para conceder tal autorização, a área de Riscos e Compliance considerará os seguintes aspectos, dentre outros que se façam relevantes na análise do caso concreto:

- familiar direto ou dependente que trabalhe para outra instituição financeira e deva cumprir as regras de tal instituição;
- familiar direto ou dependente que não atue diretamente na gestão discricionária de seus investimentos;
- existência de investimentos anteriores a esta Política;
- a completa segregação dos investimentos do familiar direto ou dependente com os investimentos da TAG e seus veículos geridos;
- o familiar direto ou dependente não possuir qualquer tipo de contato direto ou indireto com as atividades da TAG; e
- a ausência de conflitos de interesses com a TAG.

Ainda, na hipótese de conceder a autorização para desconsideração de familiar direto como pessoa sujeita à esta Política, a área de Riscos e Compliance avaliará se o respectivo Colaborador recebeu treinamento para não dividir informações confidenciais de propriedade da TAG.

Anualmente, os Colaboradores emitirão Declaração de Investimentos, nos moldes do **Anexo I**, confirmando o cumprimento desta Política, podendo ser solicitada pela Diretoria da TAG uma cópia do extrato das movimentações e posições no mercado financeiro, com o objetivo de que seja verificada sua aderência à

Versão 4.0	Data de Publicação 01/10/2024	Área responsável Riscos e Compliance	Página 3/12
----------------------	---	--	-----------------------

presente Política.

As instruções aqui expostas devem ser aplicadas em todas as negociações pessoais realizadas pelos Colaboradores nos mercados financeiro e de capitais.

2. Embasamento normativo

- Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 21”);
- Resolução da CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 19”);
- Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 175”);
- Código Anbima de Autorregulação para Administração e Gestão de Recursos de Terceiros (“Código de AGRT”);
- Regras e Procedimentos de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, especialmente seu Anexo Complementar III (“Regras e Procedimentos do Código de AGRT”); e
- Demais manifestações e ofícios orientadores dos órgãos reguladores e autorregulados aplicáveis às atividades da TAG.

2.1. Interpretação e Aplicabilidade

Para fins de interpretação dos dispositivos previstos nesta Política, exceto se expressamente disposto de forma contrária: (a) os termos utilizados nesta Política terão o significado atribuído na Resolução CVM 175; (b) as referências a Fundos abrangem as Classes e Subclasses, se houver; (c) as referências a regulamento abrangem os anexos e apêndices, se houver, observado o disposto na Resolução CVM 175; e (d) as referências às Classes abrangem os Fundos ainda não adaptados à Resolução CVM 175.

As disposições da Política são aplicáveis aos Fundos constituídos após o início da vigência da Resolução CVM 175 e aos Fundos constituídos previamente a esta data que já tenham sido adaptados às regras da referida Resolução. Com relação aos Fundos constituídos antes da entrada em vigor da Resolução CVM 175, a TAG e os Fundos permanecerão observando as regras da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada (“Instrução CVM 555”), e de outras instruções aplicáveis às diferentes categorias de Fundos sob gestão, especialmente, no que diz respeito às responsabilidades e atribuições da TAG, enquanto gestora da carteira dos Fundos, até a data em que tais Fundos estejam adaptados às disposições da Resolução CVM 175.

3. Responsabilidades e Obrigações

Versão 4.0	Data de Publicação 01/10/2024	Área responsável Riscos e Compliance	Página 4/12
---------------	----------------------------------	---	----------------

A coordenação e o monitoramento das atividades relacionadas a esta Política é uma da área de Riscos e Compliance, formada pelo Diretor de Riscos e Compliance e pelos demais Colaboradores que auxiliam nas atividades de compliance da TAG.

A área de Riscos e Compliance deverá verificar as informações fornecidas pelos Colaboradores sobre seus investimentos e, nos casos em que haja fundada suspeita de conduta em dissonância com o previsto nesta Política, submetê-los à apreciação do Comitê de Riscos e Compliance para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Qualquer má conduta ou omissão com relação às cláusulas desta Política será considerada como negligência profissional e descumprimento da presente Política, sujeitando o Colaborador envolvido às devidas sanções legais, regulamentares e disciplinares.

4. Regime de Presunções

Nos termos da Parte Geral da Resolução CVM 175, e em linha com a Política de Controles Internos e Compliance da TAG, é vedada a utilização de informação relevante ainda não divulgada, por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, mediante negociação de cotas em mercados organizados.

Para configuração do delito de negociação de cotas do fundo mediante o uso de informação relevante ainda não divulgada, são observadas as seguintes presunções em relação à TAG, na capacidade de gestora dos fundos:

- I. a pessoa que negociou cotas do fundo dispondo de informação relevante ainda não divulgada fez uso de tal informação na referida negociação;
- II. os Colaboradores da TAG que participam de decisões relacionadas à gestão da carteira de ativos dos fundos sob gestão têm acesso a toda informação relevante ainda não divulgada a respeito do fundo;
- III. caso aplicável, os cotistas que participem das decisões relacionadas à gestão da carteira de ativos do fundo têm acesso a toda informação relevante ainda não divulgada a respeito do fundo do qual são cotistas;
- IV. as pessoas listadas nos incisos II e III acima, bem como aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a TAG, ao terem tido acesso à informação relevante ainda não divulgada ao mercado, sabem que se trata de informação privilegiada; e
- V. caso a TAG, na qualidade de Prestadora de Serviço Essencial, se afaste ou seja afastada do fundo dispondo de informação relevante e ainda não divulgada, se vale de tal informação na negociação de cotas no período de 3 (três) meses contados do seu afastamento.

Versão 4.0	Data de Publicação 01/10/2024	Área responsável Riscos e Compliance	Página 5/12
----------------------	---	--	-----------------------

As presunções acima descritas (a) são relativas e devem ser analisadas em conjunto com outros elementos que indiquem se o ilícito de negociação mediante o uso de informação relevante ainda não divulgada, foi ou não, de fato, praticado; e (b) podem, se for o caso, ser utilizadas de forma combinada.

A proibição de negociação de cotas do fundo não se aplica a subscrições de novas cotas, sem prejuízo da incidência das regras que dispõem sobre a divulgação de informações no contexto da emissão e distribuição de cotas, notadamente, da Resolução CVM n.º 160, de 13 de julho de 2022.

5. Planos de Investimento e Desinvestimento

Sem prejuízo do disposto acima, os Diretores da TAG, conforme definido no Contrato Social da TAG, e seus Colaboradores podem formalizar plano individual de investimento e desinvestimento, com o objetivo de afastar a aplicabilidade das presunções previstas na regulamentação (“Plano de Investimento e Desinvestimento”), o qual deve:

- I – ser formalizado por escrito;
- II – ser passível de verificação, inclusive no que diz respeito à sua formalização e à realização de qualquer alteração em seu conteúdo;
- III – estabelecer, em caráter irrevogável e irretratável, as datas ou os eventos e os valores ou as quantidades dos negócios a serem realizados pelos participantes, podendo inclusive se valer de metodologias consistentes e passíveis de verificação para a determinação de tais valores ou quantidades de negócios; e
- IV – prever prazo mínimo de 3 (três) meses para que o próprio Plano de Investimento e Desinvestimento, suas eventuais modificações e seu cancelamento produzam efeitos.

É vedado aos Diretores da TAG e aos seus Colaboradores manter simultaneamente em vigor mais de um Plano de Investimento e Desinvestimento relativamente à mesma classe de cotas e realizar operações que anulem ou mitiguem os efeitos econômicos das operações a serem determinadas pelo Plano de Investimento e Desinvestimento, sem prejuízo de o Plano de Investimento e Desinvestimento poder contar com operações com derivativos que possam produzir efeitos análogos.

6. Regra Geral de Negociações

Como regra geral, a TAG espera que os Colaboradores dediquem seu horário de trabalho servindo tão somente aos interesses da TAG, seus clientes e investidores. Assim, os investimentos pessoais dos Colaboradores e outras operações financeiras pessoais devem seguir a filosofia de investimento de longo prazo, e não de negociação especulativa e de curto prazo.

Versão 4.0	Data de Publicação 01/10/2024	Área responsável Riscos e Compliance	Página 6/12
----------------------	---	--	-----------------------

O Colaborador pode realizar investimentos nos mercados financeiro e de capitais através de instituições locais e internacionais, desde que estas instituições possuam boa reputação no mercado financeiro ou de capitais em que atuem e que as operações não violem esta Política, o Código de Ética e demais normas aplicáveis à TAG.

As aplicações e os investimentos realizados em benefício do próprio Colaborador no mercado financeiro não devem interferir negativamente no desempenho das atividades profissionais e devem ser totalmente segregados das operações realizadas em nome da TAG, de modo a evitarem potenciais conflitos de interesses.

O Colaborador não pode, de qualquer forma, se valer de informações obtidas em decorrência de sua atuação profissional junto à TAG para obter vantagens econômicas e/ou financeiras com investimento ou desinvestimentos em ativos financeiros.

Os Colaboradores se obrigam irrevogavelmente a (i) observar quaisquer períodos de restrição à negociação estabelecidos pela área de Riscos e Compliance e (ii) desfazer, de acordo com a orientação apresentada pela área de Riscos e Compliance, os efeitos da operação realizada, ainda que com prejuízo, se esta for a determinação da área de Riscos e Compliance, que poderá não divulgar o fundamento de sua decisão.

Adicionalmente, os princípios que regem os investimentos pessoais por Colaboradores são:

- (i) O dever de sempre colocar os interesses dos clientes, da TAG bem como a integridade dos mercados, em primeiro lugar;
- (ii) A necessidade de que todos os negócios pessoais com títulos e valores mobiliários e modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro sejam coerentes com esta Política, de forma a evitar conflitos de interesse; e
- (iii) Os Colaboradores integrantes da equipe de gestão não poderão tirar vantagens inadequadas da atividade que exercem, zelando sempre pela imagem da TAG.

6.1. Negociações Vedadas

Os Colaboradores **não** poderão:

- (i) Enquanto estiver de posse de informação não pública relevante que possa influir, de modo ponderável, na decisão dos investidores do mercado, negociar determinado valor mobiliário (“Informações Privilegiadas”) a respeito do emissor de qualquer ativo, comprar, vender ou recomendar a compra ou a venda daquele ativo para

Versão	Data de Publicação	Área responsável	Página
4.0	01/10/2024	Riscos e Compliance	7/12

sua conta ou de terceiros, mesmo que tal informação não tenha sido obtida em decorrência do exercício de sua função;

- (ii) Negociar com base em qualquer informação confidencial de que tenha conhecimento ou encorajar qualquer pessoa a fazê-lo, não importa de que forma a informação foi adquirida, e se trata de Informação Privilegiada ou não;
- (iii) Comprar ou vender ativos financeiros com base no conhecimento de negociações propostas por investidores ou mesmo pela TAG ou de relatórios a serem publicados;
- (iv) Realizar operação com títulos ou valores mobiliários de emissão de companhias abertas com as quais a TAG esteve ou está em negociação;
- (v) Adquirir cotas de fundos de investimentos em que o Colaborador tenha o poder de influenciar, direta ou indiretamente, na administração ou gestão do fundo investido, observada a exceção para o item 7 e item 10 abaixo;
- (vi) Realizar quaisquer operações diretamente com clientes; e
- (vii) Realizar operações de *day-trading*.

Para efeitos desta Política, “negociar” contempla não apenas operações de compra e venda de ativos, mas também operações que envolvem contratos de empréstimos (aluguel de ações) seja na posição doadora ou tomadora, conforme Ofício Circular CVM/SEP/nº 01/2021.

6.2. Exceções

A área de Riscos e Compliance poderá autorizar, prévia e expressamente, quaisquer exceções às vedações a investimentos previstas nesta Política, e deverá prestar esclarecimentos aos Colaboradores em caso de dúvidas sobre a aplicação de tais vedações.

Salvo conforme aprovado previamente pela área de Riscos e Compliance, qualquer Colaborador que detenha, na data de sua adesão a esta Política, um investimento que não seja permitido nos termos aqui previstos deverá alienar ou resgatar tal investimento e entregar, no prazo fixado pela área de Riscos e Compliance, comprovação suficiente de que tal alienação ou resgate foi feito ou solicitado.

6.3. Negociações que Requerem Comunicação Prévia

Os Colaboradores deverão comunicar prévia e expressamente a área de Riscos e Compliance para as seguintes negociações:

- (i) No exterior, se não for através de índices, ETFs ou fundos de investimento;

Versão 4.0	Data de Publicação 01/10/2024	Área responsável Riscos e Compliance	Página 8/12
----------------------	---	--	-----------------------

- (ii) Realizar operação com derivativos, futuros, swap ou opções;
- (iii) Comprar ou vender ações ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações de companhias brasileiras negociadas em mercados organizados; e
- (iv) Participação em ofertas públicas iniciais (IPOs).

6.4. Negociações Permitidas

São permitidas a realização de negociações que: (i) não estão expressamente vedadas nesta Política, as quais poderão ser realizadas sem a necessidade de comunicação prévia para a área de Riscos e Compliance; e (ii) sejam previamente comunicadas à área de Riscos e Compliance, nos termos da cláusula 6.3. acima.

7. Aquisição de Classes de Fundos Geridos pela TAG

Os Colaboradores podem investir em classes de fundos geridos pela TAG, observadas as seguintes condições:

(i) É vedada a aplicação ou resgate de tais classes caso o Colaborador esteja em posse de Informação Privilegiada, relativamente à respectiva classe, que possa resultar em alteração significativa do valor das cotas da classe (em qualquer direção), tais como situações relativas à precificação e liquidez de ativos, incluindo resgates relevantes que não sejam de conhecimento dos demais investidores e que possam resultar em um aumento ou diminuição do valor da classe e suas respectivas cotas; e/ou

(ii) Quaisquer declarações, verbais ou escritas, fornecidas por Colaboradores a investidores ou prospectos em relação a seus investimentos pessoais nas Classes devem ser inteiramente verdadeiras e não manipulativas. Tais declarações não devem ser feitas com o intuito de interferir indevidamente na decisão de investimento dos investidores, ou incidir no uso indevido de Informações Privilegiadas, manipulação de mercado ou violação do dever de confidencialidade.

8. Atuação da TAG ou Colaboradores na Contraparte das Classes

Nos termos da Resolução CVM 21, é vedado à TAG atuar como contraparte, direta ou indiretamente, em negócios das Classes, exceto nos seguintes casos:

- (i) quando se tratar de administração de carteiras administradas e houver autorização, prévia e por escrito, do investidor; ou
- (ii) nos casos de classes de fundos de investimentos, desde que tal previsão conste expressamente em seu regulamento.

Versão 4.0	Data de Publicação 01/10/2024	Área responsável Riscos e Compliance	Página 9/12
----------------------	---	--	-----------------------

Embora não seja prática da TAG, na realização de operações cruzadas entre as Classes ou tendo a própria TAG como contraparte, determinadas regras devem ser adotadas de forma a mitigar potenciais conflitos de interesses:

- (i) Anteriormente à realização da operação será necessário obter o consentimento do investidor por escrito, ou no caso de Classes, existir previsão expressa no regulamento da Classe;
- (ii) A área de Riscos e Compliance deverá revisar essas operações, em relatório apartado, para se certificar de que não houve benefício ou prejuízo injusto para nenhum dos envolvidos na operação. A área de Riscos e Compliance deverá manter arquivo apartado documentando as operações em que a TAG tenha sido contraparte das Classes, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

9. Investimento de recursos próprios da TAG

A TAG não realizará a gestão ativa de seus recursos próprios, sendo que seu caixa será destinado exclusivamente para pagamento de despesas e distribuição de lucros aos sócios, e ficará aplicado exclusivamente em títulos públicos, fundos de investimento DI de terceiros de liquidez imediata e CDB de Banco de primeira linha.

Sem prejuízo disto, na hipótese de, no futuro, a TAG ter interesse em realizar investimentos em ativos financeiros e valores mobiliários em seu nome ou mesmo estruturar classes de investimento exclusivos de Colaboradores, deverão ser observadas as mesmas regras e vedações já dispostas na presente Política, a fim de evitar a configuração de potenciais conflitos de interesse entre tais investimentos e a atuação da TAG como administradora de carteiras de valores mobiliários, sem prejuízo da observância de eventuais regras e limites previstos na regulamentação aplicável.

10. Negociações Permitidas Mediante Prévia Autorização e Obrigação de Informar

Os Colaboradores que tiverem acesso a informações confidenciais ou privilegiadas dos ativos pertencentes as carteiras das Classes geridas pela TAG e que, adicionalmente, detenham participação em tais classes como cotistas, somente poderão vender, ceder ou transferir cotas de tais Classes, quando estas estiverem listadas e negociadas em mercado de bolsa e balcão, desde que prévia e expressamente autorizados pela área de risco.

A Área de Risco poderá aceitar ou negar um pedido de autorização, considerando, a seu critério, a presença de potencial conflito de interesses com as atividades desempenhadas pela TAG.

Adicionalmente à restrição de venda, cessão ou transferência de cotas das Classes mencionada acima, deverão

Versão 4.0	Data de Publicação 01/10/2024	Área responsável Riscos e Compliance	Página 10/12
----------------------	---	--	------------------------

ser observados os seguintes períodos de restrição de negociação de cotas das Classes:

- a) *Holding Period*: manutenção das cotas da Classe por, no mínimo 30 (trinta dias) contados a partir da data de sua aquisição, observadas as disposições abaixo; e
- b) *Blackout Period*: vedação à negociação das cotas durante os períodos de restrição conforme previstos abaixo.

- Regras do Período de Restrição (Blackout Period)

Por “Blackout Period”, entende-se como sendo qualquer um dos períodos de restrição para negociação das cotas de Classes por qualquer Colaborador. Cada Colaborador deve, nesse sentido, abster-se de negociar suas cotas de Classe durante o respectivo Blackout Period (i.e., em todos os períodos legais e/ou descritos nesta Política e/ou nos quais a área de riscos tenha, extraordinariamente, determinado a proibição de negociação).

Em linha com as melhores práticas do mercado e com a regulamentação aplicável, os Colaboradores devem manter sigilo de qualquer ato ou fato relevante relativo às Classes de que tomem conhecimento.

11. Controle de alterações

Área responsável pela elaboração e acompanhamento	Riscos e Compliance
Data publicação de documento	01.10.2024
Data revisão de documento	01.10.2024

Versão 4.0	Data de Publicação 01/10/2024	Área responsável Riscos e Compliance	Página 11/12
---------------	----------------------------------	---	-----------------

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Através deste instrumento eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, declaro, para os devidos fins, ter observado integralmente, no período de [__.__.____] a [__.__.____], a Política de Investimentos Pessoais (“Política”) da TAG Investimentos LTDA / TAG Capital LTDA / TAG Consultoria de Investimentos LTDA do qual tomei conhecimento e com o qual concordei.

Declaro ainda que, nesta data:

- (i) meu nível de endividamento pessoal encontra-se plenamente de acordo com minha remuneração e com meu patrimônio;
- (ii) não realizei quaisquer investimentos ou operações em desacordo com a Política, autorizando o Diretor de Riscos e Compliance a solicitar meus extratos e a listagem dos ativos que detenho nos mercados financeiro e de capitais, para verificação;
- (iii) estou ciente e de acordo em apresentar ao Diretor de Riscos e Compliance, a qualquer momento, a depender de eventual solicitação deste, os meus extratos bancários e informações financeiras, a fim de atestar a inexistência de irregularidades e operações em desacordo com as regras estabelecidas na Política; e
- (iv) a presente declaração faz parte das políticas adotadas pela Gestora em estrito cumprimento ao disposto na Resolução CVM 21.

Declaro, por fim, estar ciente de que a apresentação de falsa declaração me sujeitará não somente às penalidades estabelecidas nos manuais e políticas internos da TAG, mas também às penalidades da Lei.

[local], [data].

[COLABORADOR]

Versão 4.0	Data de Publicação 01/10/2024	Área responsável Riscos e Compliance	Página 12/12
----------------------	---	--	------------------------